

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	146.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>146.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	2.718.757	2.662.315
1.01	Ativo Circulante	673.311	697.700
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.452	39.553
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	28.389
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	28.389
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	28.389
1.01.03	Contas a Receber	34.070	45.991
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.070	45.991
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	2.165	1.459
1.01.03.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	31.847	44.481
1.01.03.02.03	Outros créditos	58	51
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.805	8.024
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.805	8.024
1.01.07	Despesas Antecipadas	168	99
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	168	99
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	621.816	575.644
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	621.816	575.644
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	621.816	575.644
1.02	Ativo Não Circulante	2.045.446	1.964.615
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	120.969	85.901
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	120.831	85.760
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	120.831	85.760
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	138	141
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	138	141
1.02.02	Investimentos	1.762.131	1.717.087
1.02.02.01	Participações Societárias	1.762.131	1.717.087
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.762.131	1.717.087
1.02.03	Imobilizado	10.593	10.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.593	10.701
1.02.04	Intangível	151.753	150.926
1.02.04.01	Intangíveis	151.753	150.926

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	2.718.757	2.662.315
2.01	Passivo Circulante	93.945	85.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.494	1.145
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.494	1.145
2.01.02	Fornecedores	285	883
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	285	883
2.01.03	Obrigações Fiscais	509	1.437
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	509	1.437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.861	44.565
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.434	4.578
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.434	4.578
2.01.04.02	Debêntures	24.369	39.929
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	58	58
2.01.05	Outras Obrigações	35.796	37.418
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	33.737	34.967
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	33.737	34.967
2.01.05.02	Outros	2.059	2.451
2.01.05.02.04	Outras obrigações	2.059	2.451
2.02	Passivo Não Circulante	762.399	733.145
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	686.213	672.882
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.127	18.343
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	17.127	18.343
2.02.01.02	Debêntures	669.067	654.505
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	19	34
2.02.02	Outras Obrigações	6.500	6.500
2.02.02.02	Outros	6.500	6.500
2.02.02.02.03	Contratos de aquisição de ativos	6.500	6.500
2.02.04	Provisões	69.686	53.763
2.02.04.02	Outras Provisões	69.686	53.763
2.02.04.02.04	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	69.686	53.763
2.03	Patrimônio Líquido	1.862.413	1.843.722
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	8.293	7.777
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.293	7.777
2.03.04	Reservas de Lucros	719.675	685.965
2.03.04.01	Reserva Legal	28.491	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	210.213	176.503
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	621.466	637.001

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	45.296	29.779
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.664	-5.539
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.519	-1.765
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.522	-1.646
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.873	-1.389
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-130	-123
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-620	-616
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.849	2.274
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.849	2.274
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.111	33.044
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.111	33.044
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	45.296	29.779
3.06	Resultado Financeiro	-27.121	-14.789
3.06.01	Receitas Financeiras	2.198	380
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.198	380
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.319	-15.169
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-29.319	-15.169
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.175	14.990
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.175	14.990
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.175	14.990
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12449	0,10267
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12428	0,10264

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	18.175	14.990
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.535	17.659
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	7.772	9.895
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.763	7.764
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.710	32.649

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.533	31.625
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.169	-2.403
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	18.175	14.990
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	130	123
6.01.01.05	Amortização do Intangível	620	616
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	28.450	13.129
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-949	1.146
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	516	637
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-50.111	-33.044
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	40.702	34.028
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	14.443	14.339
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	219	-62
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	27.609	19.240
6.01.02.05	Fornecedores	-598	133
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	349	181
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-928	-5
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-392	202
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.459	47.011
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-51.820	-5.210
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	24.830	55.559
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-22	-33
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-1.447	-3.305
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.175	-65.303
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-34.514	-3.204
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	26.885	0
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-13.617	-28.875
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-17.091	-31.948
6.03.11	Juros pagos de empresas ligadas	-838	-1.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.101	13.333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.553	14.241
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.452	27.574

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	516	0	0	0	516
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	516	0	0	0	516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.175	0	18.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.175	0	18.175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.710	-18.175	-15.535	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.710	-33.710	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	7.763	-7.763	0
5.07	Saldos Finais	512.979	8.293	719.675	0	621.466	1.862.413

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	637	0	0	0	637
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	637	0	0	0	637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.990	0	14.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.990	0	14.990
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.649	-14.990	-17.659	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	32.649	9.895	-9.895	32.649
5.06.05	Realização do Ajuste ao custo Atribuído	0	0	0	7.764	-7.764	0
5.06.07	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	0	-32.649	0	-32.649
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.929	178.980	0	690.139	1.376.169

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	17.384	19.933
7.01.02	Outras Receitas	17.384	19.933
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	15.535	17.659
7.01.02.02	Outras Receitas	1.849	2.274
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.027	-1.637
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.027	-1.637
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.357	18.296
7.04	Retenções	-750	-739
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-750	-739
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.607	17.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.309	33.424
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.111	33.044
7.06.02	Receitas Financeiras	2.198	380
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.916	50.981
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.916	50.981
7.08.01	Pessoal	2.904	2.653
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.564	2.484
7.08.01.02	Benefícios	246	102
7.08.01.03	F.G.T.S.	94	67
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	855	406
7.08.02.01	Federais	841	390
7.08.02.02	Estaduais	1	3
7.08.02.03	Municipais	13	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.447	15.273
7.08.03.01	Juros	29.319	15.169
7.08.03.02	Aluguéis	128	104
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.710	32.649
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.710	32.649

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	4.660.264	4.520.491
1.01	Ativo Circulante	198.474	223.862
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.229	54.331
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.989	36.154
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.989	36.154
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	11.989	36.154
1.01.03	Contas a Receber	103.464	98.910
1.01.03.01	Clientes	73.418	62.285
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.046	36.625
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	30.046	36.625
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.526	15.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.526	15.876
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.395	1.828
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	6.395	1.828
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.871	16.763
1.01.08.03	Outros	33.871	16.763
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	13.815	11.705
1.01.08.03.02	Outros créditos	20.056	5.058
1.02	Ativo Não Circulante	4.461.790	4.296.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.657.994	1.511.310
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.701	1.701
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	1.701	1.701
1.02.01.06	Tributos Diferidos	98.965	85.441
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.965	85.441
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	425
1.02.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	0	425
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	38.916	33.691
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	38.916	33.691
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.518.412	1.390.052
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.495.699	1.371.270
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.095	2.477
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	3.674	3.628
1.02.01.09.05	Outros créditos	15.944	12.677
1.02.02	Investimentos	1.214.019	1.197.839
1.02.02.01	Participações Societárias	1.214.019	1.197.839
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	632.871	617.532
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	581.148	580.307
1.02.03	Imobilizado	199.021	200.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.021	200.000
1.02.04	Intangível	1.390.756	1.387.480
1.02.04.01	Intangíveis	1.390.756	1.387.480

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	4.660.264	4.520.491
2.01	Passivo Circulante	464.097	363.584
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.572	16.103
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.572	16.103
2.01.02	Fornecedores	42.527	39.561
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.527	39.561
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.804	36.733
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.804	36.733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	316.448	240.972
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	226.652	142.465
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	226.652	142.465
2.01.04.02	Debêntures	81.704	93.152
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	8.092	5.355
2.01.05	Outras Obrigações	26.665	21.683
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.987	14.857
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.987	14.857
2.01.05.02	Outros	10.678	6.826
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	447	119
2.01.05.02.04	Contratos de aquisição de ativos	1.000	1.000
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	1.623	1.352
2.01.05.02.06	Outras obrigações	7.608	4.355
2.01.06	Provisões	7.081	8.532
2.01.06.02	Outras Provisões	7.081	8.532
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	7.081	8.532
2.02	Passivo Não Circulante	2.217.702	2.188.502
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.103.345	1.147.990
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	64.419	104.316
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	64.419	104.316
2.02.01.02	Debêntures	1.024.142	1.022.959
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	14.784	20.715
2.02.02	Outras Obrigações	24.183	25.047
2.02.02.02	Outros	24.183	25.047
2.02.02.02.03	Contratos de aquisição de ativos	6.500	6.500
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	4.379	5.332
2.02.02.02.05	Receitas diferidas, líquidas	11.663	12.540
2.02.02.02.06	Outras obrigações	1.641	675
2.02.03	Tributos Diferidos	184.329	187.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	184.329	187.892
2.02.04	Provisões	31.962	31.947
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.476	3.461
2.02.04.02	Outras Provisões	28.486	28.486
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	28.437	28.437
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	49	49
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	873.883	795.626
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	873.883	795.626

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.978.465	1.968.405
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	8.293	7.777
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.293	7.777
2.03.04	Reservas de Lucros	719.675	685.965
2.03.04.01	Reserva Legal	28.491	28.491
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	480.971	480.971
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	210.213	176.503
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	621.466	637.001
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	116.052	124.683

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	233.535	188.863
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-167.974	-136.763
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-13.207	-13.797
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	0	-1.665
3.02.03	Custo de construção	-40.601	-33.025
3.02.04	Operação portuária	-337	-16
3.02.05	Operação de energia	-11.140	0
3.02.06	Operação de cabotagem	-37.985	-30.847
3.02.07	Custo com pessoal	-17.156	-16.743
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-2.523	-2.595
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-23.264	-18.070
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-17.360	-16.232
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-4.401	-3.773
3.03	Resultado Bruto	65.561	52.100
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-602	-11.011
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.498	-24.465
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-13.955	-11.272
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-4.332	-2.885
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-8.717	-8.737
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-996	-338
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-900	-635
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-598	-598
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.656	6.136
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	22.656	6.136
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.240	7.318
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.959	41.089
3.06	Resultado Financeiro	-52.229	-35.197
3.06.01	Receitas Financeiras	787	1.855
3.06.01.01	Receitas Financeiras	787	1.855
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.016	-37.052
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-53.016	-37.052
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.730	5.892
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.249	-530
3.08.01	Corrente	-22.651	-16.217
3.08.02	Diferido	17.402	15.687
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.481	5.362
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.480	4.767
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.480	4.767
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.961	10.129
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.175	14.990
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.214	-4.861
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.961	10.129
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.535	17.659
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	7.772	9.895
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.763	7.764
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	30.496	27.788
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	33.710	32.649
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.214	-4.861

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.014	30.672
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	75.672	73.660
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	18.175	14.990
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-17.402	-15.687
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	3.519	2.933
6.01.01.05	Amortização do intangível	42.124	35.535
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	-570	2.956
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	47.108	38.558
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	-2	-348
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	15	1.152
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	516	637
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-877	158
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-3.214	4.861
6.01.01.15	Participações Destinadas a Venda	-7.480	-4.767
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-6.240	-7.318
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.342	-42.988
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-11.133	-206
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	8.388	290
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.696	-1.682
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-14.495	-19.715
6.01.02.05	Fornecedores	2.966	3.465
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	1.130	-898
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.469	1.093
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	13.839	7.075
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	22.651	16.217
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-9.580	-21.333
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	-6.197	-27.294
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-97.810	-140.122
6.02.02	Aquisição de Investimento	-50.440	4.497
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-2.544	-95.711
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-44.826	-48.908
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.306	26.424
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	52.101	216.349
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-37.952	-148.566
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-27.232	-41.359
6.03.11	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	-5.223	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.102	-83.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.331	125.122
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.229	42.096

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.683	1.968.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	39	39
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	7.777	685.965	0	637.001	1.843.722	124.722	1.968.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	516	0	0	0	516	-5.456	-4.940
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	516	0	0	0	516	0	516
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.456	-5.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.175	0	18.175	-3.214	14.961
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.175	0	18.175	-3.214	14.961
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.710	-18.175	-15.535	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.710	-33.710	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.772	-7.772	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	7.763	-7.763	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	8.293	719.675	0	621.466	1.862.413	116.052	1.978.465

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542	0	1.360.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542	0	1.360.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	637	0	0	0	637	0	637
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	637	0	0	0	637	0	637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.981	0	14.981	9	14.990
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.981	0	14.981	9	14.990
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.649	-14.981	-17.659	9	-59	-50
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.895	-9.895	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste ao custo atribuído	0	0	0	7.764	-7.764	0	0	0
5.06.07	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	32.649	-32.649	0	0	0	0
5.06.08	Adições de acionistas não controladores	0	0	0	9	0	9	-59	-50
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.929	178.980	0	690.139	1.376.169	-50	1.376.119

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	273.203	226.356
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	212.257	173.305
7.01.02	Outras Receitas	60.946	53.051
7.01.02.01	Receitas de Construção	40.601	33.082
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	15.535	17.659
7.01.02.03	Outras Receitas	4.810	2.310
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.271	-92.816
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.356	-14.688
7.02.04	Outros	-78.915	-78.128
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-38.314	-45.103
7.02.04.02	Custos de Construção	-40.601	-33.025
7.03	Valor Adicionado Bruto	183.932	133.540
7.04	Retenções	-45.643	-38.468
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.643	-38.468
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.289	95.072
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.028	13.940
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.240	12.085
7.06.02	Receitas Financeiras	788	1.855
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	145.317	109.012
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	145.317	109.012
7.08.01	Pessoal	30.510	17.676
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.591	14.244
7.08.01.02	Benefícios	3.777	2.502
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.762	774
7.08.01.04	Outros	380	156
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.973	14.809
7.08.02.01	Federais	4.275	5.119
7.08.02.02	Estaduais	2.638	1.427
7.08.02.03	Municipais	9.060	8.263
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.858	43.972
7.08.03.01	Juros	53.017	37.052
7.08.03.02	Aluguéis	3.440	3.147
7.08.03.03	Outras	4.401	3.773
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	4.401	3.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.496	27.788
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.710	32.649
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3.214	-4.861
7.08.05	Outros	7.480	4.767
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	7.480	4.767

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

#### a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de março de 2013 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

##### i) *Concessionárias de rodovias*

###### Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

###### Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

###### Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de

## Notas Explicativas

pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

### Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

- ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

- iii) *Geração de energia elétrica*

### Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de

## Notas Explicativas

2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

À partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2013, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due diligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

### Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético

## Notas Explicativas

denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 970.200<sup>1</sup>. A expectativa da Administração é que 48,2% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 31 de março de 2013 foram investidos o montante de R\$380.824, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$270.000 e em 21 de janeiro de 2013 o segundo desembolso no montante de R\$ 67.700.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), em novembro de 2014 (2ª máquina - turbina) e dezembro de 2014 (3ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis)

---

<sup>1</sup> Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

## Notas Explicativas

meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

### Outros

Em 31 de março de 2013, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 15.947.

#### iv) *Administração de portos*

##### Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de

## Notas Explicativas

produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro no montante de até 166,3 milhões de dólares para cobrir os danos físicos a bens móveis e imóveis; responsabilidade civil e; cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio da câmara frigorificada em 12 de novembro de 2009, os quais não geraram perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

### Vetria / Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade a ser denominada

## Notas Explicativas

Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R\$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R\$3.538.181. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e reflete a expectativa de rentabilidade futuro do negócio. Como resultado, o capital social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

<b>Acionista</b>	<b>Participação (%)</b>
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R\$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R\$12.091 e impactando a rubrica de “Reserva de lucros a realizar” no montante de R\$480.971 e a rubrica de “Reserva legal” no montante de R\$25.314. Com isso, a partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2), vide nota explicativa nº 12.

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos-SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

### Portonaus, Moss e Manave

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m<sup>2</sup> na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de março de 2013, foi liquidada o montante de R\$10.000, estando o pagamento do saldo

## Notas Explicativas

remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

### v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), foi constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de

## Notas Explicativas

cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra na operação de cabotagem no Brasil.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK"), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem no Brasil.

Em setembro de 2012, os acionistas da Maestra, NTL e Vessel-Log deliberaram pelo aumento de capital social nas companhias no montante total de R\$ 11.984. A Triunfo utilizou parte dos seus mútuos ativos no montante de R\$ 9.502 com as controladas de cabotagem para fazer frente ao aumento proposto. Como houve acionistas que decidiram não acompanhar o referido aumento de capital, os mesmos foram diluídos e a participação da Triunfo aumentou de 58,50% para 60,73%.

### vi) *Administração de aeroportos*

#### *Aeroportos Brasil - Viracopos*

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agencia Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

## Notas Explicativas

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, prestando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passa a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no

## Notas Explicativas

dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

### b) Eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2013

#### *Emissões e liquidações de títulos de dívida*

##### i) Triunfo - Liquidação 1ª Emissão de Debêntures

Em 8 de janeiro de 2013 a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures através do pagamento da última parcela no montante de R\$28.322.

##### ii) Rio Canoas – Recebimento da 2ª parcela dos recursos do BNDES

Em 21 de janeiro de 2013, a controlada Rio Canoas obteve a liberação da segunda parcela de recursos do BNDES, no montante de R\$67.700, para continuidade na construção da UHE Garibaldi.

#### *Administração de aeroportos*

##### iii) Aeroportos Brasil - Viracopos – Operação integral

Em 14 de fevereiro de 2013 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do aeroporto de Viracopos conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) vi).

## 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 09 de maio de 2013.

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2013, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de

## Notas Explicativas

Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2013. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **2.3.1 Moeda funcional e de apresentação**

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

#### **2.3.2 Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

## Notas Explicativas

### 2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	31/03/13		31/12/12	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Econvale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (i)	Controlada	-	-	-	-
Starport Participações Ltda. ("Starport") (i)	Controlada	-	-	-	-
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iii)	Controlada	-	-	-	-
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (iii)	Controlada em conjunto	15,8	-	15,8	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iv)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (iv)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonaus S.A. - Terminais Portuários ("Portonaus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss") (vi)	Controlada	-	91,0	-	91,0
Maestra Navegação S.A. ("Maestra") (ix)	Controlada	60,7	-	60,7	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (v)	Controlada	-	60,7	-	60,7
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (ix)	Controlada	60,7	-	60,7	-
NTL - Navegação e Logística S.A ("NTL") (ix)	Controlada	60,7	-	60,7	-
Trevally Participações e Investimentos S.A (" Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A ("Rio Canoas") (x)	Controlada	-	-	-	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos S.A. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações Ltda ("Jahy")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Luve Participações e Investimentos S.A. ("Luve") (vii)	Controlada	-	-	-	-
Santa Clara Participações e Investimentos S.A. ("Santa Clara") (viii)	Controlada	-	-	-	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB") (vii)	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV") (vii)	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium, Starport e TPI-Log detinham cada uma 16,67% de participação na Portonave S.A.. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log sofreu cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas.
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) Em 3 de dezembro de 2012, a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários alterou sua denominação social para Vetria Mineração S.A.. Após celebração dos acordos de acionistas entre Triunfo, ALL e Vetorial Participações, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv), a Companhia passou a deter 15,79% de participação na coligada Vetria.
- (iv) A coligada Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.
- (v) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.
- (vi) Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus adquiriu 91% de participação da Moss, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

## Notas Explicativas

- (vii) Em 7 de maio de 2012, a controlada Luve Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil S.A.
- (viii) Em 11 de maio de 2012, a controlada Santa Clara Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.
- (ix) Em setembro de 2012, a Companhia aumentou sua participação nos negócios de cabotagem de 58,50% para 60,73% através da diluição de capital de outros acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).
- (x) O investimento na controlada Rio Canoas encontra-se destinada à venda, conforme nota explicativa nº 1 a) iii) e seus saldos não são mais consolidados nas demonstrações financeiras.

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de março de 2013 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

### a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>
Ativo circulante	15.482	370	28.475	10.769	39.577	1.779	50	-	-
Ativo não circulante	298.166	41.547	326.331	1.189	649.164	5.190	14.950	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>313.648</b>	<b>41.917</b>	<b>354.806</b>	<b>11.958</b>	<b>688.741</b>	<b>6.969</b>	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Passivo circulante	36.418	31.050	96.581	1.876	129.813	2.469	21	400	-
Passivo não circulante (i)	171.389	30	156.477	39	127.568	1.097	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	105.841	10.837	101.748	10.043	431.360	3.403	14.979	(400)	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>313.648</b>	<b>41.917</b>	<b>354.806</b>	<b>11.958</b>	<b>688.741</b>	<b>6.969</b>	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receita operacional líquida	46.122	12.822	68.183	13.919	76.056	10.702	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(27.495)	(5.285)	(46.359)	(3.060)	(58.058)	(4.300)	-	-	-
Lucro bruto	18.627	7.537	21.824	10.859	17.998	6.402	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(3.706)	(779)	1.106	(383)	5.773	(431)	(20)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	14.921	6.758	22.930	10.476	23.771	5.971	(20)	-	-
Resultado financeiro, líquido	(1.953)	54	(4.879)	(9)	(3.659)	(17)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	12.968	6.812	18.051	10.467	20.112	5.954	(20)	-	-
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(4.157)	(815)	(6.796)	(533)	(9.583)	(392)	-	-	-
Diferidos	(157)	-	1.319	-	2.746	-	-	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>8.654</b>	<b>5.997</b>	<b>12.574</b>	<b>9.934</b>	<b>13.275</b>	<b>5.562</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****b) Segmento portuário**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vétria</u>	<u>Vetorial</u>
Ativo circulante	103.984	37.687	1.108	830	28.461
Ativo não circulante	1.606.111	14.569	32.934	6.558.268	27.077
Total do ativo	1.710.095	52.256	34.042	6.559.098	55.538
Passivo circulante	201.134	52.435	3.816	5.628	27.279
Passivo não circulante (i)	591.183	1.268	78	2.545.421	18.938
Patrimônio líquido (i)	917.778	(1.447)	30.148	4.008.049	9.321
Total do passivo e patrimônio líquido	1.710.095	52.256	34.042	6.559.098	55.538
Receita operacional líquida	65.402	32.982	13.538	-	3.918
Custo dos serviços prestados	(40.845)	(32.799)	(2.661)	-	(7.989)
Lucro (prejuízo) bruto	24.557	183	10.877	-	(4.071)
Despesas operacionais, líquidas	(275)	(649)	(987)	(3.343)	5.798
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	24.282	(466)	9.890	(3.343)	1.727
Resultado financeiro, líquido	(5.638)	(225)	(10)	37.153	(25)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	18.644	(691)	9.880	33.810	1.702
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(7.707)	-	(1.567)	-	-
Diferidos	4.044	186	-		
				33.810	1.702
Lucro líquido (prejuízo) do período	14.981	(505)	8.313	33.810	1.702

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vétria e Vetorial não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

**Notas Explicativas**

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>MaNave</u>	<u>Portonaus</u>	<u>Moss</u>
Ativo circulante	-	18.715	1	88	7.387
Ativo não circulante	70.852	779.099	6.440	18.841	10.094
Total do ativo	70.852	797.814	6.441	18.929	17.481
Passivo circulante	-	7.254	-	1.028	3.227
Passivo não circulante (i)	-	-	4.106	1.039	1.000
Patrimônio líquido (i)	70.852	790.560	2.335	16.862	13.254
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	797.814	6.441	18.929	17.481
Receita operacional líquida	-	-	-	-	1.922
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(879)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	-	-	1.043
Despesas operacionais, líquidas	-	7.753	(4)	577	80
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	7.753	(4)	577	1.123
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	(2)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	7.753	(4)	577	1.121
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	-	-	-	-	(375)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	7.753	(4)	577	746

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****c) Energia e outros**

	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>
Ativo circulante	684	8.574	30	-	1	-	-
Ativo não circulante	3.060	3	7.686	393	1.843	1.803	1.351
Total do ativo	3.744	8.577	7.716	393	1.844	1.803	1.351
Passivo circulante	3.922	4.744	29	-	18	17	19
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	(178)	3.833	7.687	393	1.826	1.786	1.332
Total do passivo e patrimônio líquido	3.744	8.577	7.716	393	1.844	1.803	1.351
Receita operacional líquida	-	13.377	-	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	(11.140)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	2.237	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(85)	815	(45)	-	(17)	(18)	(18)
Lucro antes do resultado financeiro	(85)	3.052	(45)	-	(17)	(18)	(18)
Resultado financeiro, líquido	(1)	22	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	(86)	3.074	(45)	-	(17)	(18)	(18)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(86)	3.074	(45)	-	(17)	(18)	(18)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>Jahy</u>	<u>Santip</u>	<u>Tijóá</u>	<u>Rio Dourado</u>	<u>ATTT</u>
Ativo circulante	1	1	1	1	1	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	108
Total do ativo	1	1	1	1	1	-	108
Patrimônio líquido (i)	1	1	1	1	1	-	108
Total do passivo e patrimônio líquido	1	1	1	1	1	-	108
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do impostos sobre o lucro	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

**Notas Explicativas****d) Serviços de cabotagem**

	<u>Maestra</u>	<u>Maestra LLP</u>	<u>Vessel Log</u>	<u>NTL</u>	<u>Trevally</u>
Ativo circulante	7.419	25.648	20.509	29.604	1
Ativo não circulante	179.172	39.652	170.985	138.390	-
Total do ativo	186.591	65.300	191.494	167.994	1
Passivo circulante	74.385	147	42.931	56.752	-
Passivo não circulante (i)	125.551	-	190.678	171.543	-
Patrimônio líquido (i)	(13.345)	65.153	(42.115)	(60.301)	1
Total do passivo e patrimônio líquido	186.591	65.300	191.494	167.994	1
Receita operacional líquida	2.639	4.107	11.759	16.223	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(23.260)	(32.434)	-
Lucro (prejuízo) bruto	2.639	4.107	(11.501)	(16.211)	-
Despesas operacionais, líquidas	280	(811)	(475)	259	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	2.919	3.296	(11.976)	(15.952)	-
Resultado financeiro, líquido	(3.041)	-	(6.223)	(5.400)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(122)	3.296	(18.199)	(21.352)	-
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	47	-	6.188	7.259	-
Lucro (prejuízo) do período	(75)	3.296	(12.011)	(14.093)	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**Notas Explicativas****e) Administração de aeroportos**

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	29.545	83.113
Ativo não circulante	175.110	2.809.493
Total do ativo	204.655	2.892.606
Passivo circulante	672	253.666
Passivo não circulante (i)	40	2.295.588
Patrimônio líquido (i)	203.943	343.352
Total do passivo e patrimônio líquido	204.655	2.892.606
Receita operacional líquida	-	250.678
Custo dos serviços prestados	-	(221.005)
Lucro bruto	-	29.673
Despesas operacionais, líquidas	(17.042)	(11.805)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(17.042)	17.868
Resultado financeiro, líquido	1.868	(68.091)
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	(15.174)	(50.223)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(668)	-
Diferidos	-	17.076
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.842)	(33.147)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As Companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

## Notas Explicativas

### 2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladora	1.862.413	1.843.722	18.175	527.648
Participação de acionistas não controladores	116.052	124.683	3.214	18.645
<b>Consolidado</b>	<b>1.978.465</b>	<b>1.968.405</b>	<b>21.389</b>	<b>546.293</b>

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no primeiro trimestre de 2013.

### 3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro trimestre de 2013, novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A administração da companhia avaliou essas novas normas e apresenta os efeitos a seguir quanto à aplicação das normas CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto.

Outros pronunciamentos aplicáveis pela primeira vez em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil e 15,79% na Vetrica. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação. Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia concluiu que tais investimentos representam controles em conjunto (joint ventures) conforme acordo de acionistas, sendo requerido o seu reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Com relação aos investimentos na Concer, Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel-log, a Companhia concluiu que detém o controle sobre as mesmas passando a consolidá-las integralmente. Os efeitos da aplicação do CPC 36 (R3) /IFRS 10 no período e exercício comparativo estão demonstrados abaixo:

## Notas Explicativas

	31/03/2012			31/12/2012		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>205.364</b>	<b>(16.501)</b>	<b>188.863</b>	<b>930.454</b>	<b>(95.908)</b>	<b>834.546</b>
Custos dos serviços prestados	(96.377)	(1.824)	(98.201)	(484.320)	25.306	(459.014)
Custo de manutenção - IAS 37	(1.665)	-	(1.665)	(1.665)	-	(1.665)
Depreciação	(13.322)	10.727	(2.595)	(52.536)	42.669	(9.867)
Amortização	(28.294)	(6.008)	(34.302)	(120.795)	(23.846)	(144.641)
<b>Lucro bruto</b>	<b>65.706</b>	<b>(13.606)</b>	<b>52.100</b>	<b>271.138</b>	<b>(51.779)</b>	<b>219.359</b>
<b>Receitas (Despesas)</b>						
<b>Operacionais</b>	(18.158)	1.400	(16.758)	(100.582)	11.098	(89.484)
Depreciação	(2.071)	1.733	(338)	(9.183)	5.592	(3.591)
Amortização	(1.047)	(186)	(1.233)	(4.532)	(938)	(5.470)
Resultado de equivalência patrimonial	-	7.318	7.318	3.843	(531)	3.312
Resultado não realizado	-	-	-	506.285	-	506.285
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>44.430</b>	<b>(3.341)</b>	<b>41.089</b>	<b>666.969</b>	<b>(36.558)</b>	<b>630.411</b>
Receitas financeiras	2.099	(244)	1.855	23.485	(10.216)	13.269
Despesas financeiras	(33.740)	(3.312)	(37.052)	(172.872)	5.665	(167.207)
Variação cambial, líquida	3.345	(3.345)	-	(9.989)	9.989	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(28.296)</b>	<b>(6.901)</b>	<b>(35.197)</b>	<b>(159.376)</b>	<b>5.438</b>	<b>(153.938)</b>
<b>Lucro antes do IR/CSLL</b>	<b>16.134</b>	<b>(10.242)</b>	<b>5.892</b>	<b>507.593</b>	<b>(31.120)</b>	<b>476.473</b>
<b>IR /CSLL</b>	<b>(5.911)</b>	<b>5.381</b>	<b>(530)</b>	<b>(10.514)</b>	<b>12.409</b>	<b>1.895</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade</b>	<b>10.223</b>	<b>(4.861)</b>	<b>5.362</b>	<b>497.079</b>	<b>(18.711)</b>	<b>478.368</b>
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	4.767	-	4.767	18.544	-	18.544
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>14.990</b>	<b>(4.861)</b>	<b>10.129</b>	<b>515.623</b>	<b>(18.711)</b>	<b>496.912</b>
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	14.981	9	14.990	515.557	-	515.557
Acionistas não controladores	9	(4.870)	(4.861)	66	(18.711)	(18.645)

**Notas Explicativas**

ATIVO	31/12/2012		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	129.279	(74.948)	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	36.154	-	36.154
Contas a receber de clientes	76.939	(14.654)	62.285
Adiantamento a fornecedores	11.659	46	11.705
Impostos a recuperar	16.712	(836)	15.876
Contas a receber - partes relacionadas	15.085	21.540	36.625
Despesas de exercícios seguintes	4.334	(2.506)	1.828
Outros créditos	7.147	(2.089)	5.058
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>297.309</b>	<b>(73.447)</b>	<b>223.862</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras vinculadas	1.078	623	1.701
Contas a receber de clientes	3.413	(3.413)	-
Créditos tributários diferidos	88.644	(3.203)	85.441
Contas a receber - partes relacionadas	41.326	(7.635)	33.691
Depósitos judiciais	2.454	23	2.477
Impostos a recuperar	3.394	234	3.628
Despesas de exercícios seguintes	258	167	425
Outros créditos	7.699	4.978	12.677
	148.266	(8.226)	140.040
Investimentos	649.583	548.256	1.197.839
Imobilizado	909.166	(709.166)	200.000
Intangível	1.742.330	(354.850)	1.387.480
	3.301.079	(515.760)	2.785.319
Total do ativo não circulante	3.449.345	(523.986)	2.925.359
Ativos de operações descontinuadas	1.371.270	-	1.371.270
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.117.924</b>	<b>(597.433)</b>	<b>4.520.491</b>

**Notas Explicativas**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2012</b>		
	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Efeito da transição para as novas normas</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	58.288	(18.727)	39.561
Empréstimos e financiamentos	114.041	28.424	142.465
Debêntures	106.534	(13.382)	93.152
Provisão para manutenção	39.615	(31.083)	8.532
Salários, provisões e contribuições sociais	17.247	(1.144)	16.103
Impostos, taxas e contribuições	32.048	4.685	36.733
Adiantamento de clientes	2.145	(793)	1.352
Dividendos propostos	-	119	119
Contas a pagar - partes relacionadas	27.935	(13.078)	14.857
Contratos de aquisição de ativos	1.000	-	1.000
Arrendamento mercantil	3.275	2.080	5.355
Outras obrigações	6.444	(2.089)	4.355
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>408.572</b>	<b>(44.988)</b>	<b>363.584</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para manutenção	528.993	(500.556)	28.437
Empréstimos e financiamentos	81.706	22.610	104.316
Debêntures	1.075.970	(53.011)	1.022.959
Impostos, taxas e contribuições	3.801	1.531	5.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	346.270	(158.378)	187.892
Contratos de aquisição de ativos	6.500	-	6.500
Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	49	-	49
Receitas diferidas, líquidas	8.462	4.078	12.540
Provisões para contingências	3.747	(286)	3.461
Arrendamento mercantil	12.594	8.121	20.715
Outras obrigações	1.887	(1.212)	675
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.069.979</b>	<b>(677.103)</b>	<b>1.392.876</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	512.979	-	512.979
Reservas de capital	7.777	-	7.777
Outros resultados abrangentes	637.001	-	637.001
Reservas de lucros	685.965	-	685.965
Participação de acionistas não controladores	25	124.658	124.683
Total do patrimônio líquido	1.843.747	124.658	1.968.405
Passivos de operações descontinuadas	795.626	-	795.626
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.117.924</b>	<b>(597.433)</b>	<b>4.520.491</b>

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Disponibilidades	9.452	3.303	22.990	17.773
Aplicações financeiras	-	36.250	2.239	36.558
	<b>9.452</b>	<b>39.553</b>	<b>25.229</b>	<b>54.331</b>

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

### 5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Concer constitui reserva monetária para pagamento dos financiamentos obtidos junto ao BNDES. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Triunfo (controladora)	-	28.389
Concepa	11.959	7.765
Econorte	50	40
Concer	1.681	1.661
	<b>13.690</b>	<b>37.855</b>
Parcela do circulante	11.989	36.154
Parcela do não circulante	1.701	1.701

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

### 6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	41.412	36.155
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	1.723	793
Serviços de cabotagem	25.943	27.089
Operação de trading	-	-
Outras contas a receber	6.092	-
	<b>75.170</b>	<b>64.037</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	<b>73.418</b>	<b>62.285</b>

## Notas Explicativas

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
A vencer	<b>73.418</b>	62.285
Vencidos há mais de 90 dias	<b>1.752</b>	1.752
	<b><u>75.170</u></b>	<u>64.037</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Saldo no início do exercício	<b>(1.752)</b>	-
Adições	-	(1.752)
Recuperações/ realizações	-	-
Saldo no final do exercício	<b><u>(1.752)</u></b>	<u>(1.752)</u>

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

## 7. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	<b>6.414</b>	7.415	<b>6.817</b>	9.132
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	<b>164</b>	184
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<b>1.332</b>	520	<b>3.318</b>	1.208
Programa de Integração Social – PIS	-	-	<b>1.141</b>	839
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	<b>5.244</b>	3.849
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	31	<b>4.167</b>	3.938
Outros	<b>59</b>	58	<b>349</b>	354
	<b><u>7.805</u></b>	<u>8.024</u>	<b><u>21.200</u></b>	<u>19.504</u>
Parcela do circulante	<b>7.805</b>	8.024	<b>17.526</b>	15.876
Parcela do não circulante	-	-	<b>3.674</b>	3.628

## 8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	<b>62.319</b>	52.323
Contribuição social diferida	<b>22.432</b>	18.835
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	<b>10.452</b>	10.792
Contribuição social diferida	<b>3.762</b>	3.491
	<b><u>98.965</u></b>	<u>85.441</u>

## Notas Explicativas

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações nas controladas Concepa e Portonave e provisões para contingências.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são:

<b>Consolidado</b>	
<b>Exercício a findar-se em:</b>	
2013	<b>7.853</b>
2014	<b>8.846</b>
2015	<b>5.789</b>
2016	<b>5.960</b>
2017	<b>8.535</b>
Após 2017	<b>61.982</b>
	<b><u>98.965</u></b>

## 9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$11.303, R\$14.896 e de R\$10.912, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

## Notas Explicativas

	Controladora					
	31/03/13			31/12/12		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	1.160	-	-	2.003	-	-
Concer	198	-	-	198	-	-
Rio Verde	8.506	-	-	15.085	-	-
Concepa	408	-	-	5.622	-	-
TPI-Log	7.180	-	-	7.180	-	-
Portonave	14.360	-	-	14.360	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	33.637	(838)	-	34.867	(4.297)
Outros:						
Concepa	35	-	106	33	-	393
Outros	-	100	-	-	100	-
Total do circulante	31.847	33.737	(732)	44.481	34.967	(3.904)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	19.061	-	(5)	18.728	-	7.240
NTL (iii)	37.396	-	890	28.907	-	3.175
Vessel (iv)	19.112	-	379	9.733	-	233
Maestra (v)	27.773	-	795	14.961	-	1.431
Vetorial (vi)	246	-	5	241	-	23
Outros:						
Maestra (vii)	5.963	-	477	5.486	-	5.486
NTL (vii)	1.126	-	142	984	-	984
Vessel (vii)	4.480	-	1.362	3.118	-	3.118
Outros	5.674	-	-	3.602	-	-
Total do não circulante	120.831	-	4.045	85.760	-	21.690
Total	152.678	33.737	3.313	130.241	34.967	17.786

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desigualização da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vessel-Log com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vii) Saldos a receber da Companhia pela prestação de garantia fidejussória através de contratos de remuneração firmados com as controladas NTL, Vessel e Maestra em 2012.

Os principais contratos firmados em 2013 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/03/13			31/12/12		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	8.506	-	-	15.085	-	-
Portonave	14.360	-	-	14.360	-	-
TPI Log	7.180	-	-	7.180	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	954	-	-	1.615	-
CTSA (Econorte) (i)	-	3.171	-	-	4.948	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	983	-	-	3.881	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	3.298	(5)	-	2.343	7.240
Outros:						
Outros	-	8.028	-	-	2.189	-
<b>Total do circulante</b>	<b>30.046</b>	<b>16.434</b>	<b>(5)</b>	<b>36.625</b>	<b>14.976</b>	<b>7.240</b>
Mútuos financeiros:						
Vetorial (iii)	246	-	5	241	-	23
Portonave	19.087	-	-	19.085	-	-
Outros:						
Vétria (iv)	11.509	-	-	11.035	-	-
CTSA (Rio Tibagi) (i)	2.955	-	-	-	-	-
Outros	5.119	-	-	3.330	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>38.916</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>33.691</b>	<b>-</b>	<b>23</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	-	-	7.719	-	-	31.282
CTSA (Rio Canoas) (vi)	18.690	-	-	26.714	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	-	-	22	-	-	2.370
<b>Total do não circulante</b>	<b>57.606</b>	<b>-</b>	<b>7.746</b>	<b>60.405</b>	<b>-</b>	<b>33.675</b>
<b>Total</b>	<b>87.652</b>	<b>16.434</b>	<b>7.741</b>	<b>97.030</b>	<b>14.976</b>	<b>40.915</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Rio Tibagi contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia para a coligada Vétria
- (v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

## 10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de março de 2013, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$ 242.492 (R\$ 236.435 em 31 de dezembro de 2012), e Rio Canoas no montante de R\$ 379.324 (R\$ 339.209 em 31 de dezembro de 2012),

## Notas Explicativas

apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		31/03/13	31/12/12
Capital Social	99,99	<b>130.000</b>	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	<b>85.326</b>	86.201
Reserva de lucros	100	<b>27.166</b>	20.234
<b>Total Rio Verde</b>		<b>242.492</b>	236.435
Capital Social	99,99	<b>300.000</b>	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	<b>80.824</b>	40.324
Prejuízo acumulado	100	<b>(1.500)</b>	(1.115)
<b>Total Rio Canoas</b>		<b>379.324</b>	339.209
<b>Total</b>		<b>621.816</b>	575.644

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$7.865 e na Rio Canoas foi de R\$ (385).

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

**Notas Explicativas**

<b>Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas</b>	<b>31/03/2013</b>			<b>31/12/2012</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
<b>Ativos</b>				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	222	325	547	11.150
Aplicações financeiras vinculadas	12.179	5.359	17.538	12.201
Contas a receber	9.704	-	9.704	9.452
Adiantamentos a fornecedores	-	4.421	4.421	19.791
Impostos a recuperar	8.001	812	8.813	8.762
Contas a receber partes relacionadas	7.553	-	7.553	-
Despesas antecipadas	176	1.024	1.200	1.380
Outros créditos	1.161	-	1.161	3.195
	<b>38.996</b>	<b>11.941</b>	<b>50.937</b>	<b>65.931</b>
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.738	-	3.738	3.909
Impostos a recuperar	6.001	-	6.001	8.001
Despesas antecipadas	-	606	606	897
Imobilizado	564.924	841.417	1.406.341	1.273.352
Intangível	66	28.010	28.076	19.180
	<b>574.729</b>	<b>870.033</b>	<b>1.444.762</b>	<b>1.305.339</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>613.725</b>	<b>881.974</b>	<b>1.495.699</b>	<b>1.371.270</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.277	-	18.277	18.211
Fornecedores	7.046	40.547	47.593	30.748
Salários e encargos sociais	347	232	579	779
Obrigações fiscais	8.525	1.113	9.638	6.086
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	4.795
Dividendos a pagar	7.501	-	7.501	8.388
Juros sobre capital próprio	-	-	-	5.692
Outras obrigações	9.085	2.939	12.024	13.875
	<b>50.781</b>	<b>44.831</b>	<b>95.612</b>	<b>88.574</b>
Passivo não circulante				
Empréstimo e financiamentos	276.486	350.755	627.241	558.231
Debêntures	-	107.063	107.063	104.387
Imposto de renda e contribuição social	43.956	-	43.956	44.406
Outras obrigações	11	-	11	28
	<b>320.453</b>	<b>457.818</b>	<b>778.271</b>	<b>707.052</b>
Patrimônio líquido				
Capital social	130.000	300.000	430.000	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	80.824	80.824	40.324
Ajuste de avaliação patrimonial	85.326	-	85.326	86.201
Reserva de lucros	27.165	(1.499)	25.666	19.119
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>242.491</b>	<b>379.325</b>	<b>621.816</b>	<b>575.644</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>613.725</b>	<b>881.974</b>	<b>1.495.699</b>	<b>1.371.270</b>

**Notas Explicativas**

<b><u>Demonstração do resultado de operações</u></b> <b><u>descontinuadas</u></b>	<b>31/03/13</b>		<b>31/03/12</b>	
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
Receita operacional líquida	35.107	-	35.107	25.282
Custos operacionais				
Operação de energia	(7.917)	-	(7.917)	(1.881)
Custo com pessoal	(324)	-	(324)	(139)
Depreciação	(5.735)	-	(5.735)	(5.772)
Obrigações da Concessão	(3.241)	-	(3.241)	(3.257)
Total dos custos operacionais	(17.217)	-	(17.217)	(11.049)
Lucro operacional bruto	17.890	-	17.890	14.233
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(408)	-	(408)	(332)
Administradores	-	(91)	(91)	(90)
Administrativas	(371)	(456)	(827)	(458)
Depreciação e amortização	(36)	(25)	(61)	(37)
Outras receitas e despesas	(572)	-	(572)	(182)
Total das despesas operacionais, líquidas	(1.387)	(572)	(1.959)	(1.099)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	16.503	(572)	15.931	13.134
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	220	199	419	559
Despesas financeiras	(5.428)	(12)	(5.440)	(6.407)
Total do resultado financeiro	(5.208)	187	(5.021)	(5.848)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	11.295	(385)	10.910	7.286
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.709)	-	(3.709)	(2.935)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	279	-	279	416
Lucro líquido do período	7.865	(385)	7.480	4.767
Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,1114	(0,0013)	-	-

**Notas Explicativas**

<b>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</b>	<b>31/03/13</b>			<b>31/03/12</b>
	<b>Rio Verde</b>	<b>Rio Canoas</b>	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	7.865	(385)	7.480	4.767
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	5.769	25	5.794	5.809
Amortização	2	-	2	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.984	9.454	14.438	6.167
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	(8.388)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(279)	-	(279)	(415)
Baixa de bens do imobilizado	201	-	201	41
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(252)	-	(252)	(668)
Contas a receber de partes relacionadas	(5.606)	-	(5.606)	-
Impostos a recuperar	2.000	-	2.000	2.003
Adiantamento a fornecedores	-	15.370	15.370	-
Reclassificação de créditos tributários do ativo imobilizado	-	-	-	-
Outros variações no ativo	246	283	529	(4.935)
Fornecedores	4.292	12.553	16.845	55
Obrigações sociais	(246)	47	(199)	54
Obrigações fiscais	291	355	646	163
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.890)	-	(1.890)	(1.596)
Outras obrigações	388	(2.187)	(1.799)	(6.189)
Dividendos a pagar	-	-	-	287
JSCP a pagar	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	9.377	35.515	44.892	5.543
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(2)	(139.048)	(139.050)	(109)
Aquisição de bens do intangível	-	(8.832)	(8.832)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2)	(147.880)	(147.882)	(109)
Atividades de financiamento				
Integralização de capital com AFAC	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(11)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.500	40.500	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	67.700	67.700	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(10.454)	-	(10.454)	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(5.512)
JSCP a pagar	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(10.454)	108.200	97.746	(5.523)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.079)	(4.165)	(5.244)	(89)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.301	9.849	11.150	248
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	222	5.684	5.906	159

**Notas Explicativas**

	31/03/13			31/03/12
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
<b><u>Demonstrações dos valores adicionados de operações descontinuadas</u></b>				
Receitas	39.056	92	39.148	28.038
Receitas relativas à venda de energia	39.056	-	39.056	28.038
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	92	92	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(12.209)	(316)	(12.525)	(5.968)
Custos dos serviços vendidos	(11.438)	-	(11.438)	(5.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(771)	(316)	(1.087)	(614)
Valor adicionado bruto	26.847	(224)	26.623	22.070
Depreciação e amortização	(5.771)	(25)	(5.796)	(5.809)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(5.771)	(25)	(5.796)	(5.809)
Valor adicionado recebido em transferência	220	199	419	559
Receitas financeiras	220	199	419	559
Valor adicionado total a distribuir	21.296	(50)	21.246	16.820
Distribuição do valor adicionado	21.296	(50)	21.246	16.820
Pessoal	620	323	943	409
Remuneração direta	329	259	588	334
Benefícios	270	27	297	59
F.G.T.S.	21	37	58	16
Impostos, taxas e contribuições	7.352	-	7.352	5.207
Federais	7.290	-	7.290	5.179
Estaduais	18	-	18	-
Municipais	44	-	44	28
Remuneração de capitais de terceiros	5.458	12	5.470	6.437
Juros relativos à capitais de terceiros	5.428	12	5.440	6.407
Aluguéis	30	-	30	30
Lucros (prejuízo) retidos do exercício	7.866	(385)	7.481	4.767
Juros sobre capital próprio	1.809	-	1.809	4.767
Dividendos	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	6.057	(385)	5.672	-

**Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado**

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

**Notas Explicativas****11. Despesas de exercícios seguintes**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Gastos com apólices de seguros (i)	<b>57</b>	77	<b>5.982</b>	1.788
Outros gastos	<b>111</b>	22	<b>413</b>	465
	<b>168</b>	99	<b>6.395</b>	2.253
Parcela do circulante	<b>168</b>	99	<b>6.395</b>	1.828
Parcela do não circulante	-	-	-	425

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

## Notas Explicativas

## 12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 31/03/13	Investimentos permanentes em 31/12/12
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	105.841	100,0%	105.841	-	<b>105.841</b>	104.672
Rio Tibagi	10.837	100,0%	10.837	-	<b>10.837</b>	6.908
Concepa	101.748	100,0%	101.748	-	<b>101.748</b>	92.393
Rio Guaíba	10.043	100,0%	10.043	-	<b>10.043</b>	3.069
Concer	431.360	62,5%	269.600	-	<b>269.600</b>	267.554
Rio Bonito	3.403	62,5%	2.127	-	<b>2.127</b>	1.494
Convale	340	100,0%	340	-	<b>340</b>	359
Tucano	7.687	100,0%	7.687	-	<b>7.687</b>	7.707
Retirinho	393	100,0%	393	-	<b>393</b>	393
Guariroba	1.826	100,0%	1.826	-	<b>1.826</b>	1.844
Estrela	1.786	100,0%	1.786	-	<b>1.786</b>	1.050
Rio Dourado	-	100,0%	-	-	-	-
TPI-Log	790.560	100,0%	790.560	-	<b>790.560</b>	772.324
Portonave (*)	917.778	33,3%	305.926	26.942	<b>332.868</b>	327.875
Trevally	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
MaNave	2.334	100,0%	2.334	-	<b>2.334</b>	2.338
Portonaus	16.862	100,0%	16.862	-	<b>16.862</b>	16.285
Taboca	1.332	100,0%	1.332	-	<b>1.332</b>	1.351
Anddis	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
Dable	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
Jahy	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
Santip	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
Tijoá	1	100,0%	1	-	<b>1</b>	1
ATTT (*)	108	64,0%	69	40	<b>109</b>	53
Aeropostos Brasil (*)	203.943	45,0%	91.774	10.225	<b>101.999</b>	108.652
TNE	3.833	100,0%	3.833	-	<b>3.833</b>	760
Rio Claro	-	100,0%	-	-	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>2.612.020</b>		<b>1.724.924</b>	<b>37.207</b>	<b>1.762.131</b>	<b>1.717.087</b>
Vessel-Log (*)	(42.115)	60,73%	(25.576)	762	<b>(24.814)</b>	(17.582)
Rio Claro	(179)	100,0%	(179)	-	<b>(179)</b>	(93)
Maestra	(13.345)	60,73%	(8.104)	-	<b>(8.104)</b>	(8.058)
NTL (*)	(60.301)	60,73%	(36.621)	481	<b>(36.140)</b>	(27.581)
Rio Paraíba	(400)	100,0%	(400)	-	<b>(400)</b>	(400)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(49)	<b>(49)</b>	(49)
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(116.340)</b>		<b>(70.880)</b>	<b>1.194</b>	<b>(69.686)</b>	<b>(53.763)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>2.495.680</b>		<b>1.654.044</b>	<b>38.401</b>	<b>1.692.445</b>	<b>1.663.324</b>

(\*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

**Notas Explicativas**

<b>Investimento</b>	<b>Consolidado – 31/03/13</b>	
	<b>Investimentos</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>
Aeroportos Brasil (*)	101.999	(6.653)
Vessel	-	63
Portonave	479.096	7.491
TPI-Log (**)	632.871	5.339
<b>Total Investimentos em controladas</b>	<b>1.213.966</b>	<b>6.240</b>
Outros Investimentos	53	-
<b>Total Outros Investimentos</b>	<b>53</b>	<b>-</b>
Ecovale (*)	(49)	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(49)</b>	<b>-</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>1.213.970</b>	<b>6.240</b>

(\*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(\*\*) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetria e na Portonave nos montantes de R\$ 632.871 e 479.096 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

**Notas Explicativas****b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos	Aportes de capital e aquisições	Resultado de Dividendos e juros			Investimentos	Resultado de
	permanentes em 31/12/12		equivalência patrimonial	sobre o capital próprio	distribuídos	Transferência	permanentes em 31/03/13
Econorte	104.672	-	8.654	(7.485)	-	105.841	6.250
Rio Tibagi	6.908	-	5.998	(2.069)	-	10.837	3.164
Concepa	92.393	-	12.575	(3.220)	-	101.748	6.546
Rio Guaíba	3.069	-	9.935	(2.961)	-	10.043	10.942
Concer	267.554	-	8.298	(6.252)	-	269.600	3.352
Rio Bonito	1.494	-	3.476	(2.843)	-	2.127	3.147
Convale	359	-	(19)	-	-	340	-
Tucano	7.707	25	(45)	-	-	7.687	(27)
Retirinho	393	-	-	-	-	393	-
Guariroba	1.844	-	(18)	-	-	1.826	-
Vétria (Santa Rita)	-	-	-	-	-	-	(24)
Estrela	1.050	754	(18)	-	-	1.786	(1)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-
TPI-Log	772.324	10.483	7.753	-	-	790.560	7.141
Portonave	327.875	-	4.993	-	-	332.868	-
Trevally	1	-	-	-	-	1	-
MaNave	2.338	-	(4)	-	-	2.335	(11)
Portonaus	16.285	2	575	-	-	16.862	(166)
Rio Canoas (i)	-	-	(385)	-	385	-	343
Taboca	1.351	-	(19)	-	-	1.332	-
Anddis	1	-	-	-	-	1	-
Dable	1	-	-	-	-	1	-
Jahy	1	-	-	-	-	1	-
Santip	1	-	-	-	-	1	-
Luve	-	-	-	-	-	-	(6)
Santa Clara	-	-	-	-	-	-	(6)
Tijóá	1	-	-	-	-	1	-
ATTT	53	56	-	-	-	109	(1)
Aeroportos Brasil	108.652	-	(6.653)	-	-	101.999	-
Vessel-Log	(17.582)	-	(7.232)	-	-	(24.814)	(5.525)
TNE	760	-	3.073	-	-	3.833	-
Rio Claro	(93)	-	(86)	-	-	(179)	-
Maestra	(8.058)	-	(46)	-	-	(8.104)	116
NTL	(27.581)	-	(8.559)	-	-	(36.140)	(6.955)
Rio Paraíba	(400)	-	-	-	-	(400)	-
Ecovale	(49)	-	-	-	-	(49)	(2)
Rio Verde (i)	-	-	7.865	-	(7.865)	-	4.767
<b>Total</b>	<b>1.663.324</b>	<b>11.320</b>	<b>50.111</b>	<b>(24.830)</b>	<b>(7.480)</b>	<b>1.692.445</b>	<b>33.044</b>

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de março de 2013 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda. Vide nota explicativa nº 10.

**Notas Explicativas****c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012**

	31/03/2013							Aeroportos	
	Portonave	Iceport	Teconnave	Vetria	Vetorial	TPB	Brasil	Viracopos	Brasil -
Caixa e equivalente de caixa	46.147	1.390	897	652	1	-	25.593	47.573	
Demais contas ativo circulante	57.837	36.297	211	178	28.460	-	3.952	35.540	
Ativo não circulante	1.606.111	14.569	32.934	6.558.268	27.077	70.852	175.110	2.809.493	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.710.095</b>	<b>52.256</b>	<b>34.042</b>	<b>6.559.098</b>	<b>55.538</b>	<b>70.852</b>	<b>204.655</b>	<b>2.892.606</b>	
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	23.495	-	-	-	-	-	749	
Debêntures - circulante	40.936	-	-	-	-	-	-	-	
Demais contas - passivo circulante	160.198	28.940	3.816	5.628	27.279	-	672	252.917	
Empréstimos e financiamentos - não circulante	-	-	-	-	16.964	-	-	47.871	
Debêntures - não circulante	201.562	-	-	-	-	-	-	-	
Demais contas - passivo não circulante	389.621	1.268	78	2.545.421	1.974	-	40	2.247.717	
Patrimônio líquido	917.778	(1.447)	30.148	4.008.049	9.321	70.852	203.943	343.352	
<b>Total do passivo e PL</b>	<b>1.710.095</b>	<b>52.256</b>	<b>34.042</b>	<b>6.559.098</b>	<b>55.538</b>	<b>70.852</b>	<b>204.655</b>	<b>2.892.606</b>	
Receita operacional líquida	65.402	32.982	13.538	-	-	-	-	250.678	
Custo dos serviços prestados	(17.234)	(32.799)	(2.661)	-	-	-	-	(212.856)	
Depreciação	(23.611)	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(8.149)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>24.557</b>	<b>183</b>	<b>10.877</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.673</b>	
Despesas operacionais líquidas	(8.131)	(719)	(1.002)	(3.316)	-	-	(137)	(11.778)	
Depreciação	(3.191)	-	-	(12)	-	-	-	(27)	
Amortização	-	-	-	(1)	-	-	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial	7.808	-	-	(14)	-	-	(16.905)	-	
Outras receitas (despesas) operacionais	3.239	70	15	-	-	-	-	-	
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>24.282</b>	<b>(466)</b>	<b>9.890</b>	<b>(3.343)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.042)</b>	<b>17.868</b>	
Receitas financeiras	703	181	1	37.168	-	-	1.882	1.495	
Despesas financeiras	(7.739)	(440)	(11)	(15)	-	-	(14)	(69.586)	
Varição cambial, líquida	1.398	34	-	-	-	-	-	-	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(5.638)</b>	<b>(225)</b>	<b>(10)</b>	<b>37.153</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.868</b>	<b>(68.091)</b>	
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>18.644</b>	<b>(691)</b>	<b>9.880</b>	<b>33.810</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.174)</b>	<b>(50.223)</b>	
IR/CSLL									
Correntes	(7.707)	-	(1.567)	-	-	-	(668)	-	
Diferidos	4.044	186	-	-	-	-	-	17.076	
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>14.981</b>	<b>(505)</b>	<b>8.313</b>	<b>33.810</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.842)</b>	<b>(33.147)</b>	

**Notas Explicativas**

	31/12/2012							Aeroportos
	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>	<u>TPB</u>	<u>Brasil</u>	<u>Brasil - Viracopos</u>
Caixa e equivalente de caixa	35.283	2.645	1.470	1.491	1	-	71.982	109.628
Demais contas ativo circulante	54.235	28.832	1.117	158	28.460	-	3.836	33.236
Ativo não circulante	1.617.223	14.418	22.669	6.545.246	27.077	70.852	145.657	2.624.194
<b>Total do ativo</b>	<b>1.706.741</b>	<b>45.895</b>	<b>25.256</b>	<b>6.546.895</b>	<b>55.538</b>	<b>70.852</b>	<b>221.475</b>	<b>2.767.058</b>
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	29.134	-	-	-	-	-	32
Debêntures – circulante	26.764	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	161.818	16.096	3.186	598	27.279	-	2.709	236.875
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	16.964	-	-	47.896
Debêntures – não circulante	220.643	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	394.718	1.325	84	2.582.059	1.974	-	40	2.196.654
Patrimônio líquido	902.798	(660)	21.986	3.964.238	9.321	70.852	218.726	285.601
<b>Total do passivo e PL</b>	<b>1.706.741</b>	<b>45.895</b>	<b>25.256</b>	<b>6.546.895</b>	<b>55.538</b>	<b>70.852</b>	<b>221.475</b>	<b>2.767.058</b>
Receita operacional líquida	233.775	109.192	40.605	-	3.918	-	-	262.764
Custo dos serviços prestados	(66.608)	(110.901)	(10.709)	-	(7.960)	-	-	(245.388)
Depreciação	(93.241)	-	-	-	(29)	-	-	(17)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(3.041)
<b>Lucro bruto</b>	<b>73.926</b>	<b>(1.709)</b>	<b>29.896</b>	<b>-</b>	<b>(4.071)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.318</b>
Despesas operacionais líquidas	(31.360)	(3.907)	(3.832)	(1.623)	(453)	(28)	(1.321)	(18.745)
Depreciação	(13.118)	-	-	(39)	-	-	-	(31)
Amortização	(351)	-	-	(2)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	17.136	-	-	98	-	-	(16.035)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	13.962	180	8	-	6.251	-	-	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>60.195</b>	<b>(5.436)</b>	<b>26.072</b>	<b>(1.566)</b>	<b>1.727</b>	<b>(28)</b>	<b>(17.356)</b>	<b>(4.458)</b>
Receitas financeiras	2.262	4.622	16	33.918	-	-	9.340	4.243
Despesas financeiras	(27.646)	(4.397)	(38)	(9)	(25)	-	(12)	(47.425)
Variação cambial, líquida	(24.330)	(452)	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(49.714)</b>	<b>(227)</b>	<b>(22)</b>	<b>33.909</b>	<b>(25)</b>	<b>-</b>	<b>9.328</b>	<b>(43.182)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>10.481</b>	<b>(5.663)</b>	<b>26.050</b>	<b>32.343</b>	<b>1.702</b>	<b>(28)</b>	<b>(8.028)</b>	<b>(47.640)</b>
IR/CSLL								
Correntes	(18.697)	-	(4.664)	(9)	-	-	(2.706)	-
Diferidos	16.945	1.413	-	-	-	-	-	16.198
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>8.729</b>	<b>(4.250)</b>	<b>21.386</b>	<b>32.334</b>	<b>1.702</b>	<b>(28)</b>	<b>(10.734)</b>	<b>(31.442)</b>

**Notas Explicativas**

	<b>31/03/2012</b>		
	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>
Caixa e equivalente de caixa	10.135	151	343
Aplicações financeiras vinculadas – circulante	12.565	-	-
Demais contas ativo circulante	34.436	11.055	560
Ativo não circulante	1.587.709	8.206	13.375
Total do ativo	<u>1.644.845</u>	<u>19.412</u>	<u>14.278</u>
Empréstimos e financiamentos - circulante	41.545	924	-
Demais contas - passivo circulante	123.337	-	3.733
Empréstimos e financiamentos – não circulante	114.246	15.091	-
Demais contas - passivo não circulante	416.802	25	499
Patrimônio líquido	948.915	3.372	10.046
Total do passivo e PL	<u>1.644.845</u>	<u>19.412</u>	<u>14.278</u>
Receita operacional líquida	50.306	31.476	15.077
Custo dos serviços prestados	(15.451)	(31.272)	(2.575)
Depreciação	(23.583)	-	-
Amortização	-	-	-
Lucro bruto	<u>11.272</u>	<u>204</u>	<u>12.502</u>
Despesas operacionais líquidas	(6.951)	(1.009)	(818)
Depreciação	(3.501)	-	-
Amortização	(88)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.728	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	3.362	148	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>13.822</u>	<u>(657)</u>	<u>11.684</u>
Receitas financeiras	571	878	6
Despesas financeiras	(4.889)	(937)	(10)
Variação cambial, líquida	7.673	386	-
Resultado financeiro líquido	<u>3.355</u>	<u>327</u>	<u>(4)</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	<u>17.177</u>	<u>(330)</u>	<u>11.680</u>
IR/CSLL			
Correntes	(4.214)	-	(1.735)
Diferidos	1.675	112	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>14.638</u>	<u>(218)</u>	<u>9.945</u>

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

## Notas Explicativas

## 13. Imobilizado

Custo	Consolidado									
	Imobilizado em Andamento					Imobilizado em				
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	(i)	Veículos	Embarcações	Outros (ii)	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	13.993	11.968	4.219	1.497	2.488	4.067	5.757	142.330	39.853	226.172
Construções / Aquisições	-	124	227	62	177	1.491	19	321	123	2.544
Baixas	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(34)	(35)
Transferências (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>13.993</b>	<b>12.092</b>	<b>4.446</b>	<b>1.559</b>	<b>2.665</b>	<b>5.557</b>	<b>5.776</b>	<b>142.651</b>	<b>39.942</b>	<b>228.681</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	-	(2.329)	(1.309)	(619)	(1.194)	-	(3.268)	(9.734)	(7.719)	(26.172)
Depreciação	-	(118)	(133)	(61)	(130)	-	(279)	(1.676)	(1.122)	(3.519)
Depreciação - Custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	31	31
Transferências (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>-</b>	<b>(2.447)</b>	<b>(1.442)</b>	<b>(680)</b>	<b>(1.324)</b>	<b>-</b>	<b>(47)</b>	<b>(11.410)</b>	<b>(8.810)</b>	<b>(29.660)</b>
<b>Valor residual líquido</b>										
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	13.993	9.639	2.910	878	1.294	4.067	2.489	132.596	32.134	200.000
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	13.993	9.645	3.004	879	1.341	5.557	2.229	131.241	31.132	199.021
<b>Taxas de depreciação</b>	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	5%	10%	

- (i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
- (ii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$19.452, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.
- (iii) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v) a Companhia alterou sua participação no negócio de cabotagem de 58,50% para 60,73%, resultando no aumento da conta pela consolidação proporcional.
- (iv) As transferências ocorridas referem-se a destinação à venda da controlada Rio canoas no montante de R\$ 251.925 e pelo tratamento pelo MEP e não mais consolidação da controlada Vetria e TPB no montante de R\$ 70.424.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

## Notas Explicativas

## 14. Intangível

Custo	Controladora							Total Controladora
	Agio na aquisição da						Licenças de uso e softwares	
	Econorte (i)	Vessel	Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	Desenvolvimento de projetos (iv)		
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	41.476	114	267	4.028	78.448	47.009	537	171.879
Adições	-	-	-	-	-	1.444	3	1.447
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>41.476</b>	<b>114</b>	<b>267</b>	<b>4.028</b>	<b>78.448</b>	<b>48.453</b>	<b>540</b>	<b>173.326</b>
<b>Amortização</b>								
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(20.574)	-	(96)	-	-	-	(283)	(20.953)
Amortização	(589)	-	(9)	-	-	-	(22)	(620)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>(21.163)</b>	<b>-</b>	<b>(105)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(305)</b>	<b>(21.573)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	20.902	114	171	4.028	78.448	47.009	254	150.926
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	20.313	114	162	4.028	78.448	48.453	235	151.753
<b>Taxa de amortização</b>	(*)	-	(*)	-	-	-	20%	

Custo	Consolidado			
	Total Controladora	Ativos de	Outros	Total
		Concessão de Rodovias (v)	Intangíveis (vi)	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	171.879	2.143.316	18.812	2.334.007
Adições	1.447	40.601	2.778	44.826
Baixas	-	(283)	(28)	(311)
Transferência	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>173.326</b>	<b>2.183.634</b>	<b>21.562</b>	<b>2.378.522</b>
<b>Amortização</b>				
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(20.953)	(925.240)	(334)	(946.527)
Amortização	(620)	(23.985)	(159)	(24.764)
Amortização – mais valia	-	(17.360)	-	(17.360)
Baixas	-	885	-	885
Transferência	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>(21.573)</b>	<b>(965.700)</b>	<b>(493)</b>	<b>(987.766)</b>
<b>Valor residual líquido</b>				
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	150.926	1.218.076	18.478	1.387.480
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	151.753	1.217.934	21.069	1.390.756
<b>Taxa de amortização</b>	-	(*)	-	

(\*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram

## Notas Explicativas

incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.

- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Portonave, MaNave e Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2013 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

## Notas Explicativas

### 15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	31/12/12
Econorte	<b>34.920</b>	34.920
Concepa	-	1.451
Concer	<b>598</b>	598
	<b>35.518</b>	36.969
Parcela do circulante	<b>7.081</b>	8.532
Parcela do não circulante	<b>28.437</b>	28.437

## Notas Explicativas

## 16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/03/13	31/12/12
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	21.676	22.921
Conta garantida- Santander		CDI	26.885	-
<b>Concepa:</b>				
Capital de giro – Banco Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	10.701	10.417
Capital de giro – Banco Santander	Sem aval	121,5% do CDI	20.160	9.587
<b>Concer:</b>				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.382	1.626
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	7.806	9.103
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	2.631	3.007
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Aval da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	8.173	8.596
Financiamento de imobilizado - FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	34	69
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18,15% a.a.	57	119
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	75.289	67.993
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	2%a.a. + CDI	3.700	4.450
<b>Rio Guaíba:</b>				
Financiamento de imobilizado	Alienação fiduciária	13,0% a.a.	94	193
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Sem aval	12,8% a.a.	1.009	288
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 8% a.a.	244	385
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	11,7% a.a.	-	717
Financiamento de imobilizado – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	220	81
<b>Maestra:</b>				
Conta garantida – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	39.125	37.913
Conta garantida – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 5,75% a.a.	31.775	30.855
Capital de giro – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 6% a.a.	15.387	15.045
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES / FMM	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	16.490	17.345
Capital de giro – Banco Safra	Cessão fiduciária	1,9% a.m.	4.100	2.990
<b>Vessel:</b>				
Capital de Giro – Banco Safra	Cessão fiduciária	1,9% a.m.	4.133	3.081
			<b>291.071</b>	<b>246.781</b>
Parcela do circulante			226.652	142.465
Parcela do não circulante			64.419	104.316

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2013 está assim distribuído:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2014	<b>3.351</b>	<b>23.616</b>
2015	<b>4.468</b>	<b>15.994</b>
2016	<b>4.468</b>	<b>7.413</b>
2017	<b>4.468</b>	<b>7.412</b>
Após 2017	<b>372</b>	<b>11.101</b>
	<b>17.127</b>	<b>65.536</b>

## 17. Debêntures

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Triunfo (controladora)	<b>693.436</b>	694.434
Concepa	<b>157.567</b>	173.251
Econorte	<b>105.006</b>	102.485
Vessel-log	<b>149.837</b>	145.941
	<b>1.105.846</b>	1.116.111
Parcela do circulante	<b>81.704</b>	93.152
Parcela do não circulante	<b>1.024.142</b>	1.022.959

### a) Triunfo

#### *1ª Emissão*

Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais.

Em 8 de janeiro de 2013 a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures através do pagamento da última parcela no montante de R\$28.322. O saldo em 31 de dezembro de 2012 era R\$28.569.

As debêntures eram atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e eram remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representavam os

## Notas Explicativas

montantes de R\$37 em 31 de dezembro de 2012, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporavam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

### *3ª Emissão*

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R\$207.562 e R\$198.459, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 4.219 e R\$4.451 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

### *4ª Emissão*

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$ 472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são R\$ 485.874 e R\$ 467.406, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 7% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 17.063 e R\$ 17.995 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

## Notas Explicativas

### b) Concepa

#### *4ª Emissão*

Em 31 de dezembro de 2012 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013.

As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 dessas debêntures são de R\$12.639 e R\$12.219, respectivamente.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$173 e R\$201 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

#### *5ª Emissão*

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 144.928 e R\$161.032, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 3.290 e R\$3.573 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente.

### c) Econorte

#### *2ª Emissão*

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R\$105.006 e R\$102.485, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente

## Notas Explicativas

de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.334 e R\$1.416 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

### d) Vessel-log

#### *1ª Emissão*

Em 21 de setembro de 2012, foram emitidas 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória a ser convolada em da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, em quatro séries, no valor nominal total de R\$145.000, amortizadas em quatro parcelas anuais iguais. Os saldos devedores em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são R\$ 149.837 e de R\$145.942 .

As debêntures serão atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a 7,60% a.a.. Esses juros remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por dias úteis.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$ 1.774 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2013, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

**Notas Explicativas**

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	-	69.130
2015	74.447	183.032
2016	280.285	405.994
2017	265.027	316.678
2018	49.308	49.308
	<b>669.067</b>	<b>1.024.142</b>

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Triunfo	1ª Emissão	01/01/2002	60.000	(5.760)	54.240	IGP-M + 12,00%	IGP-M + 13,01%
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,11%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(3.215)	77.445	CDI+2,20%	CDI+3,20%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(15.616)	376.224	IPCA+7,0%	IPCA+7,89%
Concepa	4ª Emissão	01/06/2006	32.000	(960)	31.040	IGP-M + 10,00%	IGP-M + 10,50%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Vessel-log	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(1.774)	143.226	IPCA + 7,60%	IPCA + 7,93%
			<b>1.169.500</b>	<b>(38.395)</b>	<b>1.131.105</b>		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

<u>Emissora</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Saldo amortizado</u>	<u>Saldo a amortizar</u>
Triunfo	(5.760)	5.760	-
Triunfo	(4.950)	731	(4.219)
Triunfo	(3.215)	302	(2.913)
Triunfo	(15.616)	1.466	(14.150)
Concepa	(960)	787	(173)
Concepa	(4.320)	1.030	(3.290)
Econorte	(1.800)	466	(1.334)
Vessel-log	(1.774)	-	(1.774)
	<b>(38.395)</b>	<b>10.542</b>	<b>(27.853)</b>

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	3.368	5.019
2014	4.532	6.356
2015	4.532	6.356
2016	4.532	5.595
2017	3.912	4.121
2018	406	406
	<b>21.282</b>	<b>27.853</b>

**Notas Explicativas****18. Impostos, taxas e contribuições**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	<b>5.935</b>	3.793
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	<b>16.005</b>	12.548
Imposto de Renda Retido na Fonte	<b>7</b>	12	<b>2.888</b>	1.168
Cofins	<b>283</b>	1.091	<b>5.250</b>	4.804
PIS	<b>61</b>	237	<b>1.346</b>	1.916
INSS	-	1	<b>137</b>	90
Imposto Sobre Serviços	<b>6</b>	6	<b>4.395</b>	6.051
Imposto sobre Operações Financeiras	<b>136</b>	80	<b>3.638</b>	2.773
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	<b>16</b>	10	<b>3.923</b>	10
ICMS	-	-	<b>9.216</b>	7.626
Outros impostos e contribuições	-	-	<b>1.450</b>	1.286
	<b>509</b>	1.437	<b>54.183</b>	42.065
Parcela do circulante	<b>509</b>	1.437	<b>49.804</b>	36.733
Parcela do não circulante	-	-	<b>4.379</b>	5.332

**19. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Maestra	<b>16.062</b>	15.924
NTL	<b>131.532</b>	110.197
Vessel-log	<b>101.674</b>	83.168
Triunfo	<b>366.343</b>	334.407
	<b>615.611</b>	543.696

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Maestra, NTL e Vessel-log foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Reserva de reavaliação	136.394	141.588
Estorno de amortizações – ICPC 01	47.935	46.304
	<b>184.329</b>	<b>187.892</b>

## 20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Aquisição de direito de exploração de superfície	6.500	6.500	6.500	6.500
Aquisição de investimento na Moss	-	-	1.000	1.000
	<b>6.500</b>	<b>6.500</b>	<b>7.500</b>	<b>7.500</b>
Parcela do circulante	-	-	1.000	1.000
Parcela do não circulante	6.500	6.500	6.500	6.500

### a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

### b) Aquisição de investimento na Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a) iv). Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

## 21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

## Notas Explicativas

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Receita recebida antecipadamente	11.877	14.490
(-) Receita apropriada ao resultado	<b>(214)</b>	(1.950)
	<b>11.663</b>	12.540

## 22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

## Notas Explicativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>			<b>31/03/13</b>
	<b>31/12/12</b>	<b>Complemento</b>	<b>Pagamentos</b>	
Processos cíveis	<b>860</b>	42	(27)	<b>875</b>
Processos trabalhistas	<b>2.601</b>	-	-	<b>2.601</b>
Total provisão	<b>3.461</b>	42	(27)	<b>3.476</b>

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.346 e R\$15.567 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Não houve alterações nos litígios divulgados pela Companhia nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de março de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 512.979 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de março de 2013, já foram subscritas e integralizadas 62.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de

## Notas Explicativas

2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

### b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

### c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

### d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>18.175</b>	<b>14.990</b>
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>146.000.000</b>	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	<b>1.958.904</b>	1.461.644
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	<b>(1.710.782)</b>	(1.422.959)
Resultado por ação – básico	<b>0,12449</b>	0,10267
Resultado por ação - diluído	<b>0,12428</b>	0,10264

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 2012 e 31 de março de 2013, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Lucro líquido	<b>18.175</b>	14.990
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>7.772</b>	9.895
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>7.763</b>	7.764
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>33.710</b>	32.649
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<b>(909)</b>	(750)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	<b>32.801</b>	31.889

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

### g) Reserva de Lucros a Realizar

O montante de R\$480.971 corresponde à constituição da reserva de lucros a realizar sobre o ganho de capital na variação de participação na constituição da Vetria conforme a nota explicativa nº 1 a) iv).

## 24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	161.728	150.669
Operação de carga própria - porto	2.275	243
Construção de ativos das concessões de rodovia	40.601	33.025
Operação de cabotagem	33.514	22.393
Outros	19.550	2.310
	<b>257.668</b>	208.640
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(24.133)</b>	(19.777)
	<b>233.535</b>	188.863

## 25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir

## Notas Explicativas

com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>			
	<b>31/03/13</b>		<b>31/12/12</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Preço médio ponderado – R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço médio ponderado – R\$</b>
Saldo no início do ano	<b>2.000.000</b>	<b>9,00</b>	1.500.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	500.000	9,00
Saldo no final do ano	<b>2.000.000</b>	<b>9,00</b>	2.000.000	9,00

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/13</b>	<b>31/12/12</b>
Ações exercíveis	<b>1.958.904</b>	1.835.616
Prazo de vida útil (anos)	<b>4</b>	5
Preço médio ponderado – R\$	<b>9,00</b>	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

<b>Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes</b>	<b>1 de maio de 2012</b>	<b>1 de maio de 2011</b>	<b>1 de maio de 2010</b>	<b>23 de setembro de 2009</b>
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

## Notas Explicativas

As despesas reconhecidas nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 são de R\$516 e R\$637, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$448 (R\$553 em 31 de março de 2012) e despesa com pessoal no montante de R\$ 68 (R\$84 em 31 de março de 2012).

### 26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura					Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	
<b>Econorte</b>	3.000	67.142	3.000	-	99.000	<b>172.142</b>
Concer	13.207	77.427	9.773	-	13.331	<b>113.738</b>
Concepa	8.800	22.525	6.609	-	21.583	<b>59.517</b>
Rio Verde	10.000	374.918	-	-	-	<b>384.918</b>
Rio Canoas	20.000	-	631.076	-	96.025	<b>747.101</b>
Portonave	-	-	-	10.000	-	<b>10.000</b>
Aeroportos Brasil - Viracopos	540.000	482.335	1.108.114	-	797.893	<b>2.928.342</b>
TPI	-	-	-	40.000	150.323	<b>190.323</b>
<b>Total R\$</b>	<b>595.007</b>	<b>1.024.347</b>	<b>1.758.572</b>	<b>50.000</b>	<b>1.178.155</b>	<b>4.606.081</b>
Maestra/ NTL/ Vessel	-	62.350	-	-	-	<b>62.350</b>
Portonave	-	166.302	-	-	-	<b>166.302</b>
<b>Total US\$</b>	<b>-</b>	<b>228.652</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>228.652</b>

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

### 27. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2013 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.119.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 31 de março de 2013 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$1.522 (R\$1.646 em 31 de março de 2012) na controladora e de R\$4.332 (R\$2.885 em 31 de março de 2012) no consolidado

## Notas Explicativas

respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$448 (R\$553 em 31 de março de 2012) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/03/13	31/03/12
<b>Remuneração fixa anual</b>		
Salário ou pró labore	1.006	942
Benefícios diretos e indiretos	68	8
Participações nos resultados	-	143
Plano de opções de compra de ações	448	553
	<b>1.522</b>	<b>1.646</b>

## 28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	18.175	14.990	12.730	5.892
Lucro antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	7.480	4.767
<b>Lucro(Prejuízo) contábil antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>18.175</b>	<b>14.990</b>	<b>20.210</b>	<b>10.659</b>
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(6.180)	(5.097)	(6.871)	(3.624)
Exclusões (adições) permanentes	6.180	5.097	1.622	3.094
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(5.249)	(530)
Alíquota efetiva			26,0%	5%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

**Notas Explicativas****29. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	<b>187</b>	156	<b>417</b>	1.726
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>1.787</b>	130	<b>2</b>	-
Outros juros e descontos obtidos	<b>224</b>	94	<b>369</b>	129
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	<b>(27.571)</b>	(12.337)	<b>(39.818)</b>	(20.672)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	<b>(1.717)</b>	(2.068)	<b>(7.290)</b>	(12.408)
Outros juros, multas e atualizações	<b>(27)</b>	(707)	<b>(4.596)</b>	(3.915)
Impostos sobre operações financeiras	<b>(4)</b>	(57)	<b>(1.313)</b>	(57)
Variação cambial, líquidas	-	-	-	-
Resultado financeiro	<b>(27.121)</b>	(14.789)	<b>(52.229)</b>	(35.197)

**30. Instrumentos financeiros**a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

**Notas Explicativas**

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	25.229	54.331	25.229	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	13.690	37.855	13.690	37.855
Contas a receber, líquidas	73.418	62.285	73.418	62.285
Impostos a recuperar	21.200	19.504	21.200	19.504
Depósitos judiciais	3.095	2.477	3.095	2.477
<b>Total</b>	<b>136.632</b>	<b>176.452</b>	<b>136.632</b>	<b>176.452</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	291.071	246.781	291.071	246.781
Debêntures e prêmio de não conversão	1.105.846	1.116.111	1.105.846	1.116.111
Fornecedores	42.527	39.561	42.527	39.561
Salários, provisões e contribuições sociais	21.572	16.103	21.572	16.103
Dividendos	447	119	447	119
Impostos a pagar	54.183	42.065	54.183	42.065
Arrendamento mercantil	22.876	26.070	22.876	26.070
Contratos de aquisição de ativos	7.500	7.500	7.500	7.500
<b>Total</b>	<b>1.546.022</b>	<b>1.494.310</b>	<b>1.546.022</b>	<b>1.494.310</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2013, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o ano de

## Notas Explicativas

2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

### Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário		
		provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Concepa		867	650	434
Econorte		4	3	2
Concer		123	93	62
Vessel-Log		35	26	17
TNE		126	94	63
R\$15.929 (**)		1.155	866	578

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 31 de março de 2013 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 31 de março de 2013, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	6	7	8
R\$77 (**)		6	7	8
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	11.852	14.815	17.778
4ª Emissão de Debêntures	CDI	35.226	44.032	52.839
R\$693.436 (**)		47.078	58.847	70.617
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,71%	7,14%	8,57%

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 31 de março de 2013

**Notas Explicativas***Triunfo (Consolidado)*

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável I (*)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Arrendamento mercantil - Controladora	CDI	6	7	8
Conta garantida - Controladora	CDI	1.949	2.436	2.924
Capital de giro – Concepa	CDI	1.462	1.827	2.192
CCB – Concepa	IGP-M	530	662	795
BNDES – Concer	TJLP	522	652	783
Capital Giro – Concer	CDI	5.458	6.823	8.188
Conta garantida - Econorte	CDI	268	335	402
Conta garantida – Maestra	IPCA	2.234	2.793	3.351
Conta garantida – Maestra	CDI	2.304	2.880	3.456
Capital de giro - Maestra	CDI	1.116	1.394	1.673
Finame – Rio Bonito	TJLP	12	15	18
BNDES – NTL	TJLP	825	1.031	1.237
Capital Giro - NTL	CDI	205	256	308
Capital Giro – Vessel	CDI	300	375	449
R\$258.503(**)		17.191	21.486	25.784
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	11.852	14.815	17.778
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	35.226	44.032	52.839
Debêntures – Econorte	CDI	7.613	9.516	11.419
Debêntures – Concepa	IGP-M	7.800	9.749	11.699
Debêntures – Vessel-log	IPCA	8.556	10.695	12.834
R\$1.105.846 (**)		71.047	88.807	106.569
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	4,95%	6,19%	7,43%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,71%	7,14%	8,57%

(\*) Fonte BACEN

(\*\*) Saldos em 31 de março de 2013

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em

## Notas Explicativas

bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

### c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

### d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

### f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

## Notas Explicativas

### g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	<b>48.561</b>	22.921	<b>291.071</b>	246.781
Debêntures (Nota 17)	<b>693.436</b>	694.434	<b>1.105.846</b>	1.116.111
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<b>(9.452)</b>	(39.553)	<b>(25.229)</b>	(54.331)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	(28.389)	<b>(13.690)</b>	(37.855)
Dívida Líquida	<b>732.545</b>	649.413	<b>1.357.998</b>	1.270.706
Patrimônio Líquido	<b>1.862.413</b>	1.843.722	<b>1.978.465</b>	1.968.405
Total do capital	<b>2.594.958</b>	2.493.135	<b>3.336.463</b>	3.239.111
Índice de alavancagem financeira - %	<b>28,23</b>	26,05	<b>40,70</b>	39,23

## 31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;

## Notas Explicativas

- Administração de portos: TPI-Log, Portonaus, Moss, MaNave, Trevally, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Rio Claro e TNE, incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/03/2013							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	190.693	1.922	27.543	13.377	-	-	-	233.535
Custos dos serviços prestados	(107.446)	(879)	(48.509)	(11.140)	-	-	-	(167.974)
Lucro bruto	83.247	1.043	(20.996)	2.237	-	-	-	65.561
Receitas (Despesas) operacionais	1.560	7.660	(4.043)	730	(98)	45.296	(51.707)	(602)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	84.807	8.703	(25.009)	2.967	(98)	45.296	(51.707)	64.959
Resultado financeiro	(10.463)	(2)	(14.664)	21	-	(27.121)	-	(52.229)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	74.344	8.701	(39.673)	2.988	(98)	18.175	(51.707)	12.730
Imposto de renda e contribuição social	(18.368)	(375)	13.494	-	-	-	-	(5.249)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	55.976	8.326	(26.179)	2.988	(98)	18.175	(51.707)	7.481
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	55.976	8.326	(26.179)	2.988	(98)	18.175	-	7.481
Participação de acionistas não controladores	-	(2)	-	-	-	-	10.696	10.694
Lucro (prejuízo) líquido do período	55.976	8.324	(26.179)	2.988	(98)	18.175	(41.011)	18.175
Ativos totais por segmento	1.381.783	822.293	319.284	12.321	13.220	2.718.757	(607.394)	4.660.264
Passivos totais por segmento	703.972	12.510	435.044	8.667	83	856.344	(208.704)	1.807.916

## Notas Explicativas

	31/03/2012							Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>								
Receita operacional líquida	170.620	222	18.021	-	-	-	-	188.863
Custos dos serviços prestados	(94.424)	(83)	(42.256)	-	-	-	-	(136.763)
Lucro bruto	76.196	139	(24.235)	-	-	-	-	52.100
Receitas (Despesas) operacionais	(13.469)	6.828	(615)	(447)	(42)	29.779	(33.045)	(11.011)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	62.727	6.967	(24.850)	(447)	(42)	29.779	(33.045)	41.089
Resultado financeiro	(14.028)	5	(7.176)	791	-	(14.789)	-	(35.197)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	48.699	6.972	(32.026)	344	(42)	14.990	(33.045)	5.892
Imposto de renda e contribuição social	(11.399)	(26)	10.895	-	-	-	-	(530)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	37.300	6.946	(21.131)	344	(42)	14.990	(33.045)	5.362
<b>Operações Descontinuadas</b>								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	4.767
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	37.300	6.946	(21.131)	344	(42)	14.990	(33.045)	10.129
Participação de acionistas não controladores	-	(9)	-	-	-	-	4.861	4.861
Lucro (prejuízo) líquido do período	37.300	6.937	(21.131)	344	(42)	14.990	(28.184)	14.990
Ativos totais por segmento	1.344.955	699.839	246.307	2	11.604	1.832.155	(916.598)	3.218.264
Passivos totais por segmento	696.583	6.274	271.498	-	126	455.986	(132.762)	1.297.705

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

## 32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

### a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	158.685
2014 a 2021	74.437
	<u>233.122</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

## Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita de construção	21.294	11.479
Custo de construção	<u>(21.294)</u>	<u>(11.479)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

### b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2013	25.083
2014 a 2015	22.531
2016 a 2017	<u>229</u>
	<u>47.843</u>

Até 31 de dezembro de 2012, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2013	318
2014 a 2017	<u>1.754</u>
	<u>2.072</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a

## Notas Explicativas

conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Receita de construção	63.537	16.194
Custo de construção	(63.537)	(16.194)
	<u>-</u>	<u>-</u>

### c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de março de 2013, estão previstos investimentos no montante de R\$446.475.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2013	29.600
2014	31.342
2015	15.055
2016	18.424
Após 2017	348.493
	<u>442.914</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

## Notas Explicativas

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Receita de construção	42.495	5.352
Custo de construção	(42.495)	(5.352)
	<u>-</u>	<u>-</u>

### d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

### e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 b).

### f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público (“UBP”). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011.

## 33. Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	31/03/2013			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	58	55	8.092	8.008
Após um ano, mas menos de 5 anos	19	17	14.784	14.272
	<b>77</b>	<b>72</b>	<b>22.876</b>	<b>22.280</b>

### 34. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Controladora no período findo em 31 de março de 2013 totalizaram R\$ 247 (R\$ 974 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 348 (R\$ 1.118 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2013 é de 500 participantes.

### 35. Eventos subsequentes

a) Controladora – Entrada do BNDESPAR no capital social

Em 9 de abril de 2013, a Diretoria do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR aprovou o ingresso no capital social da Triunfo mediante subscrição privada de até 30 milhões de ações ordinárias com valor unitário de R\$ 11,00, perfazendo o montante de R\$ 330 milhões. O ingresso do BNDESPAR no capital da Companhia está condicionado à aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

b) Cabotagem – Mudança na estrutura societária

Em 15 de abril de 2013, a Companhia informou que aumentará sua participação no negócio de cabotagem de 60,73% para 66,68%. O aumento de participação ocorrerá através da transferência de 8,93% de participação da Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK") para os demais acionistas, na proporção de suas participações. A conclusão da operação deve ocorrer em 60 dias, através do pagamento de R\$10 milhões.

\*\*\*

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.</b>						
<b>Companhia:</b>						<b>Posição em 31 de março de 2013 (Em Mil Ações)</b>
<b>TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Ações Preferenciais</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	90.009	61,65	-	-	90.009	61,65
João Villar Garcia	260	0,18	-	-	260	0,18
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.375	0,94	-	-	1.375	0,94
Miguel Ferreira Aguiar	1.550	1,06	-	-	1.550	1,06
Wilson Piovezan	1.050	0,72	-	-	1.050	0,72
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,41	-	-	600	0,41
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	241	0,17	-	-	241	0,17
Sandro Antônio de Lima	11	0,01	-	-	11	0,01
Paula Paulozzi Villar	14	0,01	-	-	14	0,01
Squadra Investimentos (i)	5.496	3,76	-	-	5.496	3,76
Vinci Partners (i)	10.298	7,05	-	-	10.298	7,05
QVT Financial LP (i)	8.550	5,86	-	-	8.550	5,86
Guepardo Investimentos (i)	7.880	5,40	-	-	7.880	5,40
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	18.666	12,78	-	-	18.666	12,78
<b>Total</b>	<b>146.000</b>	<b>100,0</b>	-	-	<b>146.000</b>	<b>100,0</b>

(i) Companhia domiciliada no exterior.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>						
<b>Denominação:</b>					<b>Posição em 31 de março de 2013 (Em Mil Ações ou Cotas)</b>	
<b>THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>						
<b>Acionista / Cotista</b>	<b>Ações Ords. / Cotas</b>		<b>Ações Prefs. / Cotas</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
<b>Total</b>	<b>143.218</b>	<b>100</b>	-	-	<b>143.218</b>	<b>100</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 31 de março de 2013</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	94.483.895	64,71	-	-	94.483.895	64,71
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	202	0,00	-	-	202	0,00
Diretoria	624.389	0,43	-	-	624.389	0,43
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	50.891.514	34,86	-	-	50.891.514	34,86
<b>Total</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 31 de março de 2012</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em Unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	96.373.695	66,01	-	-	96.373.695	66,01
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	202	0,00	-	-	202	0,00
Diretoria	624.389	0,43	-	-	624.389	0,43
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ações em circulação</b>	49.001.714	33,56	-	-	49.001.714	33,56
<b>Total</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.000.000</b>	<b>100</b>

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

### **3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da  
Triunfo Participações e Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfases

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência da mudança de política contábil pela adoção do CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, o balanço patrimonial individual e consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

#### Alienação de controlada

Conforme descrito na nota explicativa 1.a) iii., a Companhia continua em fase de negociação para alienação de sua controlada Rio Verde Energia S.A.. Os saldos referentes a esse investimento estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de "participações a comercializar" e "ativos e passivos de operações descontinuadas", respectivamente.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

#### Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2013.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris  
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 9 de maio de 2013 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

São Paulo, 15 de maio de 2013.

Carlo Alberto Bottarelli  
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 9 de maio de 2013 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

São Paulo, 15 de maio de 2013.

Carlo Alberto Bottarelli  
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores